

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

ALINE FERREIRA ANTUNES
(ORGANIZADORA)


Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-643-0

DOI 10.22533/at.ed.430201512

1. Epistemologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Ciências humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A obra “Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas volume 3” reúne 25 artigos de autoras/es diversos sobre temas relacionados às ciências humanas, tornando-a uma obra interdisciplinar que permite às leitoras e aos leitores terem acesso à pesquisas desenvolvidas no Brasil sob os mais diversos aspectos teórico-metodológicos.

Este é o terceiro volume lançado pela Atena Editora cujo mote é apresentar de maneira clara, objetiva, concisa e atual, estudos desenvolvidos nas ciências humanas, nas áreas de ensino e pesquisa, com estudos de caso, estudos comparativos, iconográficos, estatísticas, catalogação, relatos de experiência, dentre outros.

Neste sentido, a obra está dividida em duas seções, sendo a primeira destinada a artigos de pesquisa e a segunda a artigos que trazem aspectos acerca da educação. A linha condutora da obra são os mais diversos tópicos que rodeiam as ciências humanas de pesquisadores em formação inicial e/ou continuada no âmbito da pesquisa e do ensino com artigos abordando assuntos atuais e uma vasta bibliografia.

Sendo assim os artigos, em sua mais diversa abordagem, versam sobre os temas: iconografia, cidades brasileiras e estrangeiras, patrimônio (cultural, imaterial, ambiental urbano), memória, preservação, sentimento de pertencimento, conflitos linguísticos, culinária/gastronomia, biografias, espaço museológico, plantas místicas, práticas agroalimentares, concepções de paternidade, concepções sobre o feminino, discussões acerca do conceito de colonialidade, bem como educação, formação continuada, práticas formativas, educação ambiental, ação docente, dentre outros assuntos.

Em um momento histórico de alta contestação das pesquisas científicas e da própria universidade, obras como esta são de fundamental importância e resistência para divulgar o avanço das pesquisas brasileiras e ressaltar a capacidade de diálogo entre as áreas. Desta forma a Atena Editora se mostra capacitada, articulada e se torna um espaço de divulgação e debate para que pesquisadoras e pesquisadores possam expor e divulgar suas pesquisas e considerações sob os mais diversos temas, trazendo ampla contribuição aos estudos realizados nas ciências humanas.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A HISTÓRIA DE LONDRINA CONTADA POR IMAGENS: 20 ANOS DE DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Paulo César Boni

Cássia Maria Popolin

DOI 10.22533/at.ed.4302015121

CAPÍTULO 2..... 18

MOBILIÁRIO URBANO EM ÁREAS HISTÓRICAS: INTERRELAÇÕES INTRÍNSECAS NA PAISAGEM CULTURAL DE LISBOA E SALVADOR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.4302015122

CAPÍTULO 3..... 35

A MEMÓRIA DOS MORADORES COMO POSSÍVEL FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DE UM BEM: O CASO DO HORTO DEL REY EM OLINDA, PERNAMBUCO

Ariadne Paulo Silva

Jeremy Wells

DOI 10.22533/at.ed.4302015123

CAPÍTULO 4..... 50

A HISTÓRIA E TEORIA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO MEDIANTE AÇÕES PROJETAIS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.4302015124

CAPÍTULO 5..... 69

A CONVERGÊNCIA ENTRE PAISAGEM RURAL E PAISAGEM INDUSTRIAL: O CASO DA MINERAÇÃO À CARVÃO VEGETAL DE MADEIRA EM MINAS GERAIS

Ronaldo André Rodrigues da Silva

José Manuel Lopes Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.4302015125

CAPÍTULO 6..... 85

RETUMBANTE NATUREZA HUMANIZADA COMO A MEMÓRIA DA FLÂNERIE DA AMAZÔNIA EM LUIZ BRAGA

Thiago Guimarães Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.4302015126

CAPÍTULO 7..... 94

AS MOQUECAS BRASILEIRAS E OS *CURRYS* INDIANOS: UMA ANÁLISE DE ORIGEM

Maria Luiza Bullentini Facury

Alfredo Ricardo Abdalla

DOI 10.22533/at.ed.4302015127

CAPÍTULO 8.....	102
PLANTAS MÍSTICAS DA AMAZÔNIA TOCANTINA: AROMAS, RITUAIS E MEDICINA POPULAR	
Dyana Joy dos Santos Fonseca	
José Pompeu de Araújo Neto	
Jeferson Miranda Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4302015128	
CAPÍTULO 9.....	128
BIOMETRIA DOS FRUTOS, SEMENTES E DESENVOLVIMENTO DE PLÂNTULAS DE PATA-DEVACA (<i>BAUHINIA BRASILIENSIS</i> SPRENG. VOGEL) CAESALPINACEAE, FABACEAE	
Katiúscia Freire de Souza	
Marcia Noelle Monteiro de Castro	
Clarice Silva e Souza	
Rosana Gonçalves Rodrigues das Dôres	
Tatiana Vieira Braga	
Juliana Cristina dos Santos Almeida Bastos	
Vicente Wagner Dias Casali	
DOI 10.22533/at.ed.4302015129	
CAPÍTULO 10.....	140
PRÁTICAS AGROALIMENTARES DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE TAPEROÁ, BAHIA	
Sara Conceição dos Santos	
Juliede de Andrade Alves	
Luiza Guimarães Cavalcanti Spinassé	
Ianua Coeli Santos Ribeiro de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.43020151210	
CAPÍTULO 11.....	152
O SAKPÓ COMO EXPERIÊNCIA DO LIMIAR NO CONTEXTO SATERÉ-MAWÉ	
Solange Pereira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.43020151211	
CAPÍTULO 12.....	165
AS CONCEPÇÕES DA PATERNIDADE E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA EM HOMENS-PAIS	
Flávio Lúcio Almeida Lima	
Celestino José Mendes Galvão Neto	
Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli	
DOI 10.22533/at.ed.43020151212	
CAPÍTULO 13.....	181
COLONIALIDADE, MODERNIDADE E DECOLONIALIDADE: EM BUSCA DO GIRO DECOLONIAL	
Paulo Robério Ferreira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.43020151213	

CAPÍTULO 14.....	199
SOBRE O GÊNERO BIOGRÁFICO E A IMPORTÂNCIA DO INDIVÍDUO PARA A HISTORIOGRAFIA	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.43020151214	
CAPÍTULO 15.....	211
IDENTIDADE E PATRIMÔNIO: REALIZANDO O CIRCUITO DA TAIPA DE PILÃO EM MOGI: UM OLHAR SOBRE A CULTURA HISTÓRICA DA CIDADE	
Marcilene Romão Santos Iervolino	
Cristina Schmidt	
DOI 10.22533/at.ed.43020151215	
CAPÍTULO 16.....	228
CONFLITOS LINGÜÍSTICOS NO PARAGUAI. EMBATES ENTRE O JOPARÁ E AS LÍNGUAS OFICIAIS: CASTELHANO E GUARANI	
Luciano Marcos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.43020151216	
CAPÍTULO 17.....	247
A CULTURA POLONESA NAS DANÇAS DO GRUPO FOLCLÓRICO KAROLINKA NA CIDADE DE SÃO MATEUS DO SUL – PR	
Ezieli Augustinhak Kaczyk	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.43020151217	
CAPÍTULO 18.....	266
A FORMAÇÃO CONTINUADA SOB O ASPECTO DE PRÁTICAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
João Gabriel Rossi de Oliveira	
Leisa Aparecida Gviasdecki de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.43020151218	
CAPÍTULO 19.....	277
ENSINO DE GEOGRAFIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS PARA ALFABETIZAÇÃO GEOGRÁFICA	
Vanusa Aparecida Almeida	
Ana Paula de Carvalho Monez	
Luciana Coghi da Cruz	
Luiz Rodrigues	
Maria Margareth Mendonça	
Renata Caroline dos Santos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.43020151219	

CAPÍTULO 20	284
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS ATIVIDADES INTEGRADAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS E ORIENTAÇÃO AMBIENTAL - NEO AMBIENT	
Clezi Conforto Zambon	
Ana Maria Taddei Cardoso de Barros	
Sandro da Silva Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.43020151220	
CAPÍTULO 21	291
AÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA: SENTIDOS SUBJETIVOS EXPRESSOS POR UM PROFESSOR DE MATEMÁTICA	
Sebastião Mateus Veloso Júnior	
Isabella Guedes Martinez	
Elias Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.43020151221	
CAPÍTULO 22	304
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ENSINO DE CIÊNCIAS: UM RELATO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VÍDEOS PARA TRABALHAR CONCEITOS COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO	
Isabella Guedes Martinez	
Elias Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.43020151222	
CAPÍTULO 23	311
LÚDICO NO ESPAÇO DE MEMÓRIA MILITAR	
Augusto Machado Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.43020151223	
CAPÍTULO 24	320
DEU A LOUCA NO MUSEU	
Aline Ferreira Antunes	
Marina Ferreira de Souza Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.43020151224	
CAPÍTULO 25	333
MUSEU NACIONAL E COLÉGIO PEDRO II: O DIÁLOGO ENTRE CASAS IMPERIAIS DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	
Vera Maria Ferreira Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.43020151225	
SOBRE A ORGANIZADORA	349
ÍNDICE REMISSIVO	350

CAPÍTULO 4

A HISTÓRIA E TEORIA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO MEDIANTE AÇÕES PROJÉTUAIS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

Data de aceite: 01/12/2020

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira, s/n. Laranjeiras/SE

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe.
Departamento de Artes e Design
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. São Cristóvão/SE

RESUMO: Este artigo tem como objetivos demonstrar/refletir/compreender como a história e teoria da conservação e restauro materializaram instrumentais que repercutiram nas ações projetuais sobre a Paisagem Cultural. Assim, discutem-se elementos conceituais como Falso Histórico, Conservação, Restauro, Preservação, Consolidação, Recomposição, Liberação, Complementação, Inovação, Reforma, Reconstrução, Requalificação, Renovação, Revitalização, presentes em muitos projetos de importância já realizados no Brasil e no exterior. Analisam-se projetos emblemáticos para a preservação da Paisagem Cultural coletados em pesquisa de revistas especializadas e livros de intervenções restauradoras. Para fins desta análise, a Paisagem Cultural é dividida em categorias: a) patrimônio ambiental (natural), b) patrimônio histórico (cultural material e imaterial) e, c) patrimônio ambiental urbano (cidade histórica, área urbana histórica ou centro

histórico). Desta forma, é possível perceber conceitos da história e teoria da conservação e restauro que moldaram projetos e ações (como “fórmulas”, “modelos” e recomendações) sobre a Paisagem Cultural e suas categorias, tendo como princípio norteador à recuperação e restauração física de áreas, sem alterar a condição potencial humana/social/histórica local.

PALAVRAS - CHAVE: Projeto; Intervenções; Patrimônio.

ABSTRACT: This paper aims to demonstrate / reflect / understand how history and theory of conservation and restoration materialized instruments that had repercussions in the project actions on the Cultural Landscape. Thus, conceptual elements are discussed such as “historic False”, Conservation, Restoration; Preservation, Consolidation, Recomposition, Release, Complementation, Innovation, Remodeling, Reconstruction, Requalification, Renovation, Revitalization, all present in many important projects already developed in Brazil and abroad. We analyze emblematic projects for preservation of the Cultural Landscape that came from research of specialized magazines and books on restorative interventions. For the purposes of this analysis, the Cultural Landscape is divided into categories: a) environmental heritage (natural), b) historical heritage (cultural material and immaterial ones) and, c) urban environmental heritage (historic city, historic urban area or historic center). In this way, it is possible to perceive concepts of the history and theory of conservation and restoration that have shaped projects and actions (such as “formulas”,

"models" and recommendations) on the Cultural Landscape and its categories, having as a guiding principle for recovery and physical restoration of area, without changing the potential human / social / historical condition.

KEYWORDS: Project; Interventions; Patrimony.

INTRODUÇÃO

Pensar como ações projetuais de conservação e restauro foram implementadas/efetivadas sobre o patrimônio nos últimos 150 anos exige uma pesquisa de dados comparativos de longa duração, que inclua a história e teoria das categorias patrimoniais, a legislação de preservação do patrimônio e a demonstração na prática do resultado de algumas ações emblemáticas no exterior e no Brasil.

Esta reflexão tem como objetivo demonstrar “matérias primas” que possam vir a ser discutidas, como o Falso Histórico; Conservação; Restauro; Preservação; Consolidação; Recomposição; Liberação; Complementação; Inovação; Reforma; Reconstrução; Requalificação; Renovação; Revitalização; etc. sempre presentes nos memoriais explicativos das ações sobre as categorias patrimoniais.

Desta forma, constrói-se uma estrutura narrativa que busca pontuar os dois campos do saber, ou seja, teoria e prática, mostrando como a história e teoria da conservação e restauro se rebateram nas normas que se tornaram as principais leis de acatamento dos bens patrimoniais e como estas duas bases de conhecimento materializaram-se em projetos que se constituíram de forma significativa em “imagens persuasivas” de como se devem tratar as “coisas” portadoras da memória e identidade de uma nação.

HISTÓRIA E TEORIA DAS CATEGORIAS PATRIMONIAIS

A preservação como ação patrimonial, conforme é hoje definida, tem suas origens na Contemporaneidade, uma vez que nenhum homem de nenhum tempo exerceu essa atitude como o homem da atualidade. Esse fato pode ser compreendido pela análise da principal palavra que identifica a “coisa” que comumente deve sofrer essa atitude de preservação, ou seja, o patrimônio.

A palavra patrimônio foi sofrendo alterações ao longo dos dois últimos séculos até atingir a definição teórica e classificatória que hoje norteia as denominações dos objetos, móveis, imóveis, materiais, imateriais, naturais, ambientais, históricos, artísticos, arqueológicos, etnográficos, paisagísticos, pré-históricos, etc., que servem como identidade e memória do homem (Choay, 1999, p. 12).

Entre os monumentos que servem de exemplos icônicos aos teóricos para descrever as primeiras ações sobre o patrimônio, tem-se o Coliseu e o Panteão (Figura 1). O Coliseu, construído em 70/80 d.C. serviu como fonte de materiais a partir da Idade Média para as construções das casas, ou seja, pedras, pisos, e toda sorte de materiais de construção

foram pilhadas desta edificação, tornando-a praticamente uma ruína; este fato comprova a total ausência de preocupação com a preservação por parte do Homem até metade do XIX.



Figura 1 – (esquerda acima): Coliseu, elipse 188 x 156M, altura de 48,5 M. Fonte: História Geral da Arte, 1996. p. 72. (direita acima): Interior do Coliseu. Foto: autores, jul. 2014. (esquerda abaixo): O Panteão, foto da metade do século XIX. Fonte: BENEVOLO, 1999. p. 159. (direita abaixo): Interior do Panteão.

Foto: autores, jul. 2014.

O Panteão (110/118 d.C.), conservado atualmente entre as casas “modernas” de Roma, sofreu uma grande alteração durante o período Barroco que se tornou o maior exemplo de falso histórico a um monumento; é claro que, nesta época, o sentido de preservação não passava nem próximo às considerações atuais ou ao tratamento que se dá hoje ao patrimônio; a transformação do Panteão em Igreja por Bernini, ocorrido em 1600, com o acréscimo de duas torres, ficou conhecido e identificado pela história e teoria da conservação e restauro como “*As orelhas de Burro de Bernini*” (Benevolo, 1999, p. 159).

Nas intervenções urbanas a ação mais conhecida centra-se no exemplo do paradigma “higienista” de Haussmann em Paris, iniciado em 1855, atingindo seu auge em 1868, dando ensejo por toda a Europa às degradações dos antigos espaços monumentais,

fazendo desaparecer grande parte da história de nossa civilização (Benevolo, *op.cit.*, p. 591); o paradigma higienista, em conjunto com o modernista, ocasionou a destruição de uma série de objetos relacionados ao patrimônio histórico e implicariam na descaracterização/ alteração das áreas históricas urbanas de várias cidades da Europa e do Brasil, assim como, se tornaram representações de ações projetuais emblemáticas sobre a Paisagem Urbana (Figura 2).



Figura 2 – (esquerda acima): Demolições para a abertura da Rue de Rennes – gravura publicada em *Illustration de 1868*. Fonte: BENEVOLO, 1999. p. 591. (direita acima): As lojas do carvoeiro e do soleiro no térreo do antigo Teatro de Marcelo - Roma, antes das demolições do período Fascista. Fonte: BENEVOLO, 1999. p. 183. (abaixo): Av. Central com Visconde de Inhaúma no Rio de Janeiro em 1911 – Modernidade de Pereira Passos.

Fonte: GERONDETTI; CORNEJO, 2004. p. 27.

Reações paradigmáticas historicistas contrárias propiciaram pensar à preservação do patrimônio a partir de teorias como de Viollet-le-Duc (1814-1879); John Ruskin (1819-1900); Camilo Boito (1836-1914); Alois Riegl (1848-1905); Gustavo Giovannoni (1873-1946) e Cesare Brandi (1906-1988); no Brasil destacam-se Mario de Andrade (1893-1945); Lucio Costa (1902-1998); Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) e Aloísio Magalhães (1927-1982). Em relação ao meio-ambiente, o termo *Ecologia* foi cunhado em 1866, pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1917), já a expressão *Meio-ambiente* aparece pela primeira vez na obra *Études progressives d'un naturaliste* de 1835 de Saint-Hilare (Milaré, 2004, p. 75-77).

Eugène Viollet-le-Duc demonstra haver uma relação entre a arquitetura moderna e a restauração; seu trabalho de destaque é o *Dictionnaire raisonné de L'Architecture Francaise*, seus princípios se apoiam no positivismo e seu estudo base é a experiência real; a restauração deve ser promovida através da lógica estrutural da edificação, que surge do conhecimento das propriedades dos materiais de construção; para Viollet-le-Duc é necessário colocar-se no lugar do arquiteto antigo (Gótico) e supor como ele resolveria o problema, questão que se torna a grande crítica a Le-Duc, uma vez que é impossível restituir qualquer forma a seu estado original, pois ela só existiu verdadeiramente uma vez (Le Duc, 1996).

John Ruskin pensa como Le-Duc, que a estrutura lógica da edificação é a sua essência, trabalhada pelo homem e modelada pelo tempo. Refere-se ao Gótico como o período de melhor qualidade na produção humana. As “*Sete Lâmpadas da Arquitetura*” de 1849 é uma de suas principais obras. É a arquitetura simples e não as grandes obras que representam a história do homem, bem como a natureza é o local mais adequado para a vida humana; sua preferência é pela ruína, pois nela estão expressas as marcas do tempo (Ruskin, 1982).

Camilo Boito é o primeiro que crê que é possível restaurar um monumento mediante a recomposição de suas partes (Anastilose), em função da posição relativa e absoluta de cada fragmento encontrado, sua frase mais importante é: “*Vergonha é enganar os contemporâneos, vergonha maior é enganar os que vem depois*” (Pantaleón, 1993, p. 23).

Boito destaca a diferença entre conservação e restauração através de sete pontos: 1- Promover a diferença de estilo entre o novo e o antigo; 2- Diferenciar os materiais; 3- Suprimir os detalhes e ornamentos nas partes novas; 4- Expor em um lugar contíguo ao monumento, as peças antigas substituídas; 5- Indicar as partes restauradas; 6- Incluir documentação e fotografia dos processos realizados e; 7- Destacar visualmente as ações realizadas.

Alois Riegl considera que os monumentos históricos são aqueles que possuem juízo de valor histórico, uma vez que não existe um juízo de valor artístico único na contemporaneidade, e que as degradações naturais representam o valor antigo da obra (imperfeições da forma, da cor). Alia o valor do antigo a necessidade da conservação, uma

vez que é o antigo que legitima o moderno (Pantaleón, 1993, p. 61).

Gustavo Giovannoni desenvolve a teoria conhecida como Restauro científico, propõe uma classificação rigorosa dos monumentos, distingue cinco formas de intervenção restauradora: 1- Consolidação; 2- Recomposição; 3- Liberação; 4- Complementação; 5- Inovação. Se houver necessidade de substituição de algo isso pode ser feito com criatividade (Pantaleón, *op.cit.*, p. 63). A grande questão de Giovannoni consistiu em estender o conceito de monumento para conjunto histórico – “Centro Histórico”.

Cesare Brandi estabelece os tempos da criação do objeto em três momentos: criação, objeto criado, fruição. Destaca a diferença entre restauração e reconstrução e identifica a instância estética e instância histórica, na qual a matéria contém a diferenciação estrutura e aspecto. A restauração deve-se dirigir a restabelecer a unidade potencial da obra (Pantaleón, *op.cit.*, p. 67).

Mário de Andrade é o autor do projeto que iria nortear todas as ações preservacionistas, a partir de 1936, no Brasil, inclusive com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Lucio Costa é o grande mentor das restaurações, como a restauração das Missões no Rio Grande do Sul; Rodrigo Melo Franco de Andrade fica a frente do IPHAN por mais de 30 anos, sendo o principal articulador dos inventários e tombamentos no Brasil; Aloísio Magalhães institui as ideias antropológicas na preservação do patrimônio nacional com o convite a participação da população local nas decisões.

Junto com os teóricos da preservação ocorreu a realização de Encontros, Recomendações, Declarações e Cartas preservacionistas das quais se destacam: A Carta de Atenas de 1931 e 33; a Carta de Veneza; a Carta de Quito; a Carta de Restauro da Itália; Manifesto de Amsterdã e a Carta do Rio.

A Carta de Atenas de 1931 e 1933, expressa questões modernistas, da qual se destaca na preservação, que qualquer ação de higienismo e modernização devem estar à frente da preservação quando esta se mostrar contrária ao bem-estar humano (art. 65). A Carta de Veneza de 1964 define monumento histórico (isolado ou em conjunto) e sua conservação e restauração (art. 1 e 2).

A Carta de Quito de 1967 trabalhou a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, inclusive voltados para o turismo (item III); a Carta de Restauro da Itália de 1972 trabalha a salvaguarda do patrimônio, lida com as intervenções em edificações isoladas e em conjunto, além de instruir a restauração de objetos arqueológicos, seu anexo D instrui sobre a tutela de Centros Históricos.

O Manifesto de Amsterdã de 1975 buscou promover uma política adequada de proteção do patrimônio arquitetônico europeu e a Carta do Rio estabeleceu, em 1992, os 27 princípios preservacionistas e de sustentabilidade frente às ações de acautelamento do patrimônio natural (Agenda 21).

A LEGISLAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Toda ação sobre o patrimônio, normalmente, está precedida ou se baseia em uma legislação que, na maioria das vezes, resultou dos discursos históricos e teóricos; no Brasil, basicamente, a legislação de preservação do patrimônio histórico tem relação inquestionável com o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) instalado em 1937, reorganizado em 1946 como DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em 1970, foi transformado em IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em 1979 passou a ser MEC – SPHAN/Pró-memória; em 1990, passou a IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural); e em 1994, voltou a ser IPHAN mantendo esta denominação até hoje (*Catálogo Comemorativo dos 60 anos do IPHAN*. Brasília: MEC, 1997).

O IPHAN pratica suas ações de preservação tendo como principais leis: o Decreto-lei 25/37 (organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional); a Lei 378/37 (dá nova organização ao ministério da educação e saúde pública); Decreto-lei 3365/41 (dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública); o Decreto-lei 3866/41 (destombamento); a Lei 3924/61 (Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos); Lei 4717/65 (regula a ação popular); Lei 6292/75 (dispõe sobre o tombamento de bens do IPHAN); Lei 7347/85 (disciplina a ação civil pública); Lei 9605/98 (Crimes Ambientais, arts. 62, 63, 64 e 65); Decreto 80978/77 (promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972); Portaria 10 de 1986 (determina os procedimentos de aprovação dos tombamentos); Portaria 11 de 1986 (Consolida as normas de procedimento para os processos de tombamento); Lei 6513/77 (dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico); Decreto-lei 3551/2000 (institui o registro de bens culturais de natureza imaterial); a Lei 6766/79 (Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano); os arts. 20, 23, 24, 30, 182, 215, 216 da CF/88 e o Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001). Entre essas leis, decretos, portarias e artigos, cabe especial atenção o Decreto-lei 25/37, o Estatuto da Cidade e a Constituição Federal de 1988.

Decreto-lei 25/37 tem como natureza jurídica o tombamento, que é tratado por vários autores como limitação ao direito da propriedade, servidão administrativa, domínio do Estado, função social, interesse público e bem tombado de propriedade pública. De qualquer forma, o Decreto-lei 25/37 atingiu e impôs aos proprietários das coisas tombadas, sejam elas móveis ou imóveis, obrigações de conservação, condicionando, sobretudo, seu uso adequado e a obrigação de zelar por suas características. O que o Decreto-lei 25/37 não conseguiu atingir foram as naturais alterações provocadas pelas mudanças sociais, econômicas e políticas dos últimos 80 anos.

Assim, verifica-se, no início dos anos de 1970, uma alteração na forma de lidar com a tutela do patrimônio, inclusive com introdução, nas ações, de uma maior participação popular na instrumentalização das estratégias, bem como ocorrem inclusões de tipos e

novas categorias patrimoniais.

O Estatuto da Cidade, na verdade, foi mais uma tentativa do Direito Urbanístico visando a promoção social, econômica, política, jurídica, da organização, controle, uso e ocupação dos espaços urbanos, inclusive da defesa do patrimônio ambiental urbano. O conceito de Estatuto da Cidade pode ser entendido como o portador dos princípios e objetivos da política urbana, da garantia do direito à cidade e do urbanismo, mas também pode ser interpretado como confirmação ou mudança da antiga legislação desta mesma cidade.

Em relação ao Estatuto da Cidade referente a ações sobre o patrimônio, de forma geral, apresentam as seguintes questões reflexivas: 1- Estabelecer preceitos sobre a propriedade urbana e sua função social; 2- Não resolver as disputas entre as competências Municipais, Estaduais e Federais; 3- Ter entre seus instrumentos ações polêmicas como a Transferência do Direito de Construir (Saule Junior, 1997, p. 88).

A Constituição de 05 de outubro de 1988 é a que dedicou, entre todas as Constituições Nacionais anteriores, um maior espaço às questões de preservação patrimonial; destacando-se o art. 182, parágrafo 1º (obrigatoriedade do Plano Diretor) e o § 2º (função social da propriedade); os arts. 215 e 216 (inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e as formas de acautelamento e preservação) e; o art. 225 referente à proteção do Meio Ambiente estabelecendo com relação aos projetos a exigência do controle sobre os mananciais e respectivamente estudo prévio de impacto ambiental (inciso IV), (Pinto; Wind e Siqueira, 2001, p. 112-127-225).

ALGUMAS AÇÕES PROJETUAIS EMBLEMÁTICAS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

As ações projetuais aplicadas à Paisagem Cultural, apesar de buscarem neste discurso global resultado que atenda de forma mais completa/sustentável todas as necessidades de fruição/conservação/restauro do objeto na contemporaneidade, acabam demonstrando mais intensidade metodológica nas subdivisões clássicas das categorias patrimoniais, ou seja, os projetos são realizados dentro dos parâmetros do **patrimônio natural**; do **patrimônio histórico material e imaterial** e, do **patrimônio ambiental urbano**.

No caso do **patrimônio natural** no Brasil projetos capazes de demonstrar questões favoráveis e desfavoráveis à preservação da Paisagem Cultural são o Centro Empresarial Città América na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro; o Parque Municipal do Mindu em Manaus; o Club Med Trancoso em Porto Seguro na Bahia; Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) em Curitiba; o Complexo Turístico Costão do Santinho, Norte de Florianópolis e o Alphavillage Resort na cidade de Itu, Estado de São Paulo (Figura 3).



Figura 3 – (esquerda acima): Centro Empresarial Cittá América na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Fonte: *Revista Projeto*, 2001. n. 252, p. 62. (centro acima): Parque Municipal do Mindu em Manaus. Fonte: *Revista Projeto*, 2001. n. 261, p. 66. (direita acima): Club Med Trancoso em Porto Seguro na Bahia. Fonte: *Revista Projeto*, 2003. n. 285, p. 76. (esquerda centro): Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE).

Fonte: *Revista Projeto*, 2005. n. 300, p. 77. (direita centro): Complexo Turístico Costão do Santinho, Norte de Florianópolis.

Fonte: *Revista Projeto*, 1999. n. 237, p. 56. (abaixo): Alphavillage Resort na cidade de Itu. Fonte: *Revista Projeto*, 2003. n. 285, p. 82.

O Centro Empresarial Cittá América na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro do escritório de Guilherme Nunes. A área comporta um shopping center, 13 edifícios comerciais e uma

reserva ambiental. A legislação ambiental foi o fator que definiu o projeto, uma vez que a gleba se situa em região de manguezal, o que implicou na preservação de 40 mil metros quadrados transformados em Parque Ecológico, com espécies catalogadas, hospital de plantas, mirantes e trilhas para a visitação, aliando alta tecnologia às soluções relacionadas com a natureza da construção. Em Manaus, o Parque Municipal do Mindu   uma proposta que busca reconhecer a estrutura ambiental e recriar ambientes naturais, busca preservar a floresta com o uso inteligente de madeiras da Amazônia, diálogo das formas e escalas com a floresta, as cores remetem às flores e frutos locais; o conceito é o de associar desenvolvimento com a preservação e identidade amazonense; projeto do arquiteto Roberto Moita.

O Club Med Trancoso, em Porto Seguro na Bahia, utiliza como materiais a madeira e a Piaçava (material tradicional do local). Localizado em Sítio Tombado adota conceitos ambientais. Segundo os arquitetos Gian Carlo Gasperini e Aflalo Filho, autores da proposta, a legislação local faz restrições ao gabarito das construções e exige que elas estejam, pelo menos, a cem metros de distância da beira da falésia. As 250 unidades de hospedagem foram construídas de modo convencional, sua pintura colorida se remete aos vilarejos coloniais da região.

Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) em Curitiba   dos grandes exemplos de arquitetura adaptada à natureza, ocupando a área de uma pedreira desativada, foi construída em 1993 a partir do projeto do arquiteto Domingos Bongestabs; Bem como o Complexo Turístico Costão do Santinho, Norte de Florianópolis tem sua linguagem tomando por base aspectos culturais e arquitet nicos históricos da Ilha e materiais rústicos; implantado num local ainda intocado, é utilizado para eventos para mais de 1200 pessoas e áreas comerciais (15 lojas). A forma do prédio se remete ao sistema de fortificação que caracterizou a implantação de Florianópolis; projeto do arquiteto André Schimitt.

Na cidade de Itu, Estado de São Paulo, encontra-se o Alphavillage Resort, proposta ecológica sustentável tem um desenho que procura interferir o mínimo possível na natureza, evitando, por exemplo, a movimentação de terra. Toda a madeira utilizada é certificada. Voltado para o ecoturismo e a educação ambiental. Pratica-se ali arborismo, rapel e trilhas. A implantação dos chal s sobre palafitas evitou a movimentação de terra; projeto da arquiteta Claudia P cego Meyer.

Entre projetos internacionais que representam a es emblemáticas sobre o patrimônio natural, pode-se mencionar a entrada da Caverna de Niaux, Ari ge, nos Pireneus Franceses, principal atração da região, apresenta pinturas rupestres de 11.000 a.C., criação de símbolo da cidade e importância histórica do Sítio Pr -Histórico, portal que se projeta da montanha, representação de um grande animal pr -histórico, abrindo as asas, de a o, do arquiteto Massimiliano Fuksas e o Hotel Sea hawk Hotel & Resort de Fukuoka no Japão (Figura 4), que apresenta conceitos de hotelaria diferentes do Ocidente, rico em histórias e simbolismos e harmonia com entorno; próximo ao Sítio Histórico de

Hakata, vilarejo onde nasceu a cidade, o mar e o vento são os principais referenciais, as atividades comunitárias são prioritárias, portanto restaurantes, bares, saunas e shoppings são abertos a todos; projeto do arquiteto César Pelli.

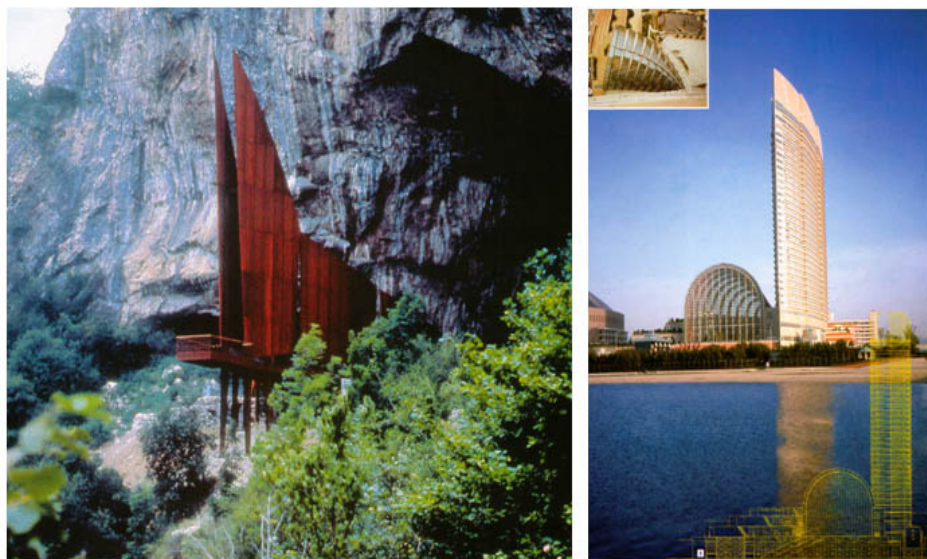


Figura 4 – (esquerda): Entrada da Caverna de Niaux, Ariège, França – Pireneus Franceses. Fonte: *Revista Projeto*, 1999. n. 236, p. 74. (direita): Sea hawk Hotel & Resort de Fukuoka – Japão.

Fonte: *Revista Projeto*, 1999. n. 234, p. 80.

Os exemplos do Teatro Abril, antigo Cine Paramount em São Paulo; da Torre do Relógio do Memorial do Rio Grande do Sul; do Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); do Centro Coreógrafo do Rio de Janeiro, na Tijuca; no Brasil; assim como, a Caixa Fórum, em Madri (Figura 5), demonstram ações sobre o **patrimônio histórico material** (edificações e conjuntos edificados históricos) fazendo parte do conceito formulado por Afonso da Silva (2000) como *Meio ambiente urbano* e, por se tratar de elementos constituintes da Paisagem Cultural que representam identidades urbanas locais, possuem questões históricas, teóricas e legislativas comentadas nos parágrafos anteriores e emblemáticas as ações projetuais.



Figura 5 – (esquerda acima): Teatro Abril, antigo Cine Paramount, marginal do Rio Pinheiros, São Paulo. Fonte: *Revista Projeto*, 2001. n. 256, p. 42 a 49. (direita acima): Torre do Relógio do Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Fonte: *Revista Projeto*, 2001. n. 256, p. 54 a 60. (esquerda centro): Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Fonte: *Revista Projeto*, 2001. n. 256, p. 66 a 71. (direita centro): Centro Coreógrafo do Rio de Janeiro, na Tijuca. Fonte: *Revista Projeto*, 2005. n. 301, p. 52 a 57. (abaixo): Caixa Fórum em Madri Espanha. Foto: autores, ago. 2014.

Um exemplo significativo é o Teatro Abril, antigo Cine Paramount, na marginal do Rio Pinheiros na cidade de São Paulo; chamam a atenção neste projeto os detalhes dos ornamentos recuperados da fachada, que se remetem às figuras do teatro. O grande desafio

foi retornar o edifício à função de teatro, uma vez que estava em estado de abandono e havia passado por sucessivas reformas. De acordo com Roberto Aflalo Filho, responsável pelo projeto, a principal condicionante foi a preservação da fachada original e do saguão, ambos em processo de tombamento. O Palco foi uma reconstrução. As cores fazem a interface entre o antigo e o novo. A restauração da fachada e do saguão do Teatro Abril, em processo de tombamento pelo Condephaat, foi desenvolvida por Haroldo Gallo e Marcos Carrilho.

A Torre do Relógio do Memorial do Rio Grande do Sul, antigo prédio dos correios e telégrafos de Porto Alegre, apresenta intervenções significativas no interior do edifício que resultaram em espaços que reverenciam a história do Estado. Os arquitetos Ceres Storchi e Nico Rocha conciliaram com sutileza e refinada elegância a necessidade de manter o testemunho de determinada época e as exigências de novos usos. Ocorreu a recuperação das fachadas, mas também houve demolições de construções que desfiguravam o edifício (liberação).

O Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é outro exemplo interessante de ação preservacionista. As construções são do início do século passado, em sua maioria galpões predominantemente ecléticos. O projeto reuniu vários profissionais de vários órgãos de preservação e definiu as edificações a serem restauradas, a melhoria do acesso e área de estacionamento. As novas construções foram desenvolvidas de maneira a se integrarem às antigas, deixando evidente sua contemporaneidade.

O Centro Coreógrafo do Rio de Janeiro, na Tijuca, desenhado pelos arquitetos Luiz Antônio Rangel e Ricardo Macieira, é outro exemplo interessante entre a restauração e a construção, ocupa parte das instalações de uma antiga fábrica de cerveja. Conservou a fachada concentrando as intervenções nos interiores. As fachadas foram restauradas com base em pesquisa iconográfica e levantamento da pintura original. A área de exposições situada no quarto andar, junto com salas de danças demonstra esse diálogo entre o externo e o interno.

Apesar de serem muitos os exemplos internacionais, a Caixa Fórum em Madri, na Espanha, apresenta-se como “imagem persuasiva” em maior evidência atualmente como representação de ações sobre o patrimônio histórico material edificado. A Caixa Fórum, do escritório de arquitetura Herzog & de Meuron, busca como conceito reformar edifícios demonstrando o conflito entre as preexistências e a nova função, a dialética entre o mutável e o permanente, na qual o ato de “reformar” não pretende deixar como novo o antigo, mas sim perceber novas partes que podem voluntariamente atender a uma linguagem contemporânea (*Revista ARQTEXTO*. Porto Alegre: PROPARG-UFGRS. 2011, número 14, p. 223 a 235).

O **patrimônio imaterial** tem como exemplo significativo o tombamento do Terreiro da Casa Branca ou Ilê Axé Iyá Nassô Oká na cidade de Salvador na Bahia; fundado por volta

de 1830, talvez seja o mais antigo em funcionamento no Brasil. O tombamento garantiu a posse do Terreiro à comunidade de culto e possibilitou a realização de ações de preservação e de benfeitorias no espaço e nas edificações, cujos custos o *egbé* (comunidade de culto) não teria como arcar. Para Serra (2012, p. 37 a 53), por ser o primeiro monumento afro-brasileiro a ter reconhecimento enquanto patrimônio do Brasil, “*o tombamento da Casa Branca foi uma vitória contra o preconceito, o elitismo, o racismo, o etnocentrismo*”.

No caso do **patrimônio ambiental urbano**, já tendo citado as ações de Haussmann em Paris, cabe identificar que na Itália, as ações mais conhecidas talvez tenham recaído sobre o Centro Histórico da cidade de Bologna, ligada ao conceito de “*risanamento*” (Cervellati e ScannavinI, 1973). O aspecto teórico que centraliza as ações italianas pode ser especificado como uma transição de tratamento patológico para fisiológico, em que as questões como a economia, sociologia e a psicologia social são amplamente reconhecidas, o que se traduziu em um termo que revela essas ações, o *risanamento urbano* que seria algo próximo, no Brasil, denominado de revitalização urbana (Pergola, 1973, p. 29). O objetivo dessa política, o *risanamento*, é o de promover uma intervenção modernizadora da parte histórica da cidade, mas ter um controle e atenção para manter em bom estado o patrimônio monumental e artístico da mesma.

Em Portugal, uma ação bastante conhecida encontra-se em Lisboa, exemplo do paradigma da revitalização urbana, se trata do projeto de reconstrução do Bairro do Chiado, de Álvaro Siza (Powell, 2000, p. 80), baseia-se no conceito do afeto da população pela área que irá sofrer as ações. O projeto de Siza busca o equilíbrio entre a historicidade do Bairro e as necessidades futuras, cuja característica residencial centra a proposta, juntamente com a integração do bairro com o tecido urbano da cidade, aliado a reconstrução da estação local do Metrô e a intervenção nas fachadas de edifícios da área (Figura 6).



Figura 6 – (esquerda): Vista do Bairro do Chiado em Lisboa do alto do elevador Santa Justa. (direita): Vista do Bairro do Chiado em Lisboa do alto do elevador Santa Justa, ao fundo o Tejo.

Fotos: autores, abr. 2016.

Em relação às ações intervencionistas na Espanha (entendendo que toda ação preservacionista é intervencionista, mas que nem toda ação intervencionista é preservacionista), como em Portugal, estiveram, nas últimas décadas, conceituadas dentro do paradigma das revitalizações urbanas chamadas de *Reabilitações Urbanas* e influenciaram as ações no Brasil, como os Programas de Revitalizações de Sítios Históricos e Reabilitações Urbanas de Sítios Históricos – URBIS (Sant’anna, 2004, p. 279 e 289).

Diferente das ações projetuais ibéricas, as ações inglesas e americanas estão centradas no conceito de “*Quarters*” (quarteirões) das áreas históricas de suas cidades, o conceito da ação fundamenta-se no que se refere a transformar o “*Quarter*” como uma parte ativa da cidade, mantendo-o, conservando-o e melhorando-o através da regeneração de atividades tradicionais ou pela reestruturação da base econômica do quarteirão. As ações nos *Quarters* mais importantes ocorreram em *Convent Garden* e *Shad Thames* em Londres, *Castlefield* em Manchester, *Lace Market* em Nottingham, *Jewellery Quarter* em Birmingham, *Little Germany* em Bradford; *Pioneer Square* em Seattle-Washington, *The Pasture* em Albany-New York, *Lowell* em Massachusetts, *Soho* em New York, *Lower Downtown (LoDo)* em Denver (Donizeti da Silva, 2005, p. 248).

Entre exemplos emblemáticos de ações projetuais sobre o patrimônio ambiental urbano no exterior e que tem relação com as teorias descritas acima, também podem ser citados o projeto de regeneração do centro urbano de *Seattle* nos Estados Unidos e a revitalização do centro antigo ou da *Potsdamer Platz* da cidade de Berlim na Alemanha (Figura 7). No Brasil, destacam-se as ações com Projeto de Paisagismo da área ao redor da Fortaleza de São José na cidade de Macapá; a “requalificação” da Estação das Docas na cidade de Belém do Pará; o Marco Zero, na Praça Rio Branco na cidade do Recife, em Pernambuco e, especialmente do Pelourinho em Salvador e o Corredor Cultural no Rio de Janeiro (Figura 8).



Figura 7 – (esquerda): Baía de Seattle nos EUA. POWELL, 2000. p. 35. (direita): Bairro de *Potsdamer Platz* da cidade de Berlim na Alemanha. Foto: autores, fev. 2015.



Figura 8 – (esquerda acima): Fortaleza de São José, centro urbano de Macapá. *Revista Projeto*, 2003. n. 281, p. 48 a 51. (direita acima): Estação das Docas na cidade de Belém. *Revista Projeto*, 2000. n. 248, p. 66. (centro): Marco Zero na Praça Rio Branco, Recife. *Revista Projeto*, 2000. n. 248, p. 60. (esquerda abaixo): Pelourinho na Cidade de Salvador Bahia.

Foto: autores, mai. 2015. (direita abaixo): Arcos da Lapa no Rio de Janeiro. Foto: autores, ago. 2008.

O Projeto de paisagismo da área ao redor da Fortaleza de São José na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, em que a chave da ação projetual de Rosa Grená Kliass esteve pautada em diversas prospecções arqueológicas e na interrelação de três elementos: a fortaleza, a cidade e o rio; outro exemplo emblemático é a “requalificação” da Estação das Docas na cidade de Belém do Pará, o lema do projeto dos autores Rosário Lima e Paulo Chaves Fernandes é *antes adaptar do que intervir*. Também cabe menção especial o Marco Zero, na Praça Rio Branco na cidade do Recife, em Pernambuco, projeto de R.L. Esteves e Borba juntamente com Reis e L’Amour concebe um foco no turismo, “requalificando” o importante ponto de referência histórica da cidade. Contudo, as duas ações mais emblemáticas no Brasil foram a revitalização do Pelourinho em Salvador e o Corredor Cultural no Rio de Janeiro.

Em 1991, o Centro Histórico de Salvador, era composto por ruas totalmente degradadas e quase abandonadas. A existência de uma grande quantidade de ruínas, lixo, condições sub-humanas impediam a preservação do patrimônio histórico. Os objetivos da ação foram o de *revitalizar* o Centro Histórico, através da ativação do ciclo econômico; promover a recuperação e restauração física da área; criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social do local; nas edificações restauradas antecedeu estudo de cores das fachadas (*CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: Programa de Recuperação*. Salvador: IPAC, 1995).

A Lei nº. 506 de 17 de janeiro de 1984 (Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro); revista e ampliada em 1987 - Lei nº. 1.139; conhecida como Lei do Corredor Cultural; teve como características nas ações produzir novos significados a fragmentação do espaço urbano constituídos por uma verdadeira colagem de edificações de vários períodos presentes nos bairros da Lapa, Cinelândia, Passeio Público, Carioca, Praça Tiradentes, Largo São Francisco, SAARA e Praça XV. Nesta época a ação procurou conceitos considerados inovadores como a valorização do patrimônio imaterial e o convite à participação da associação de moradores nas concepções de ideias (Pinheiro, 2004, p. 76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas lições valiosas são facilmente identificáveis, como as relacionadas ao patrimônio natural que determinam que a legislação ambiental seja o fator que defina a ação projetual; sobre o patrimônio histórico material, conceitos históricos e teóricos que devem sempre estar presentes englobam questões relacionadas a dar a edificação uma função, procurando estabelecer a interface de diálogo entre o antigo e o novo, entre a recuperação e a construção; quanto ao patrimônio imaterial, as ações sempre devem se pautar em uma metodologia precisa de pesquisa documental e registro das “coisas” possuidoras de memória e identidade.

No caso do patrimônio ambiental urbano, conceitos históricos e teóricos, como o *risanamento urbano* (similar no Brasil às revitalizações urbanas), devem ser conhecidos e analisados; buscar o equilíbrio entre a historicidade do bairro e as necessidades futuras e o afeto da população pela área que sofrerá mudanças sempre devem estar em foco. Estas ações devem ter sempre como intenção promover a recuperação e restauração física da área sem alterar a condição potencial histórica local.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CATÁLOGO Comemorativo dos 60 anos do IPHAN. Brasília: MEC. 1997.

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: Programa de Recuperação. Salvador: IPAC, 1995.

CERVELLATI, Pier Luigi e SCANNAVINI, Roberto. **Bolonia: Política y Metodología de La Restauracion de Centros Históricos**. Bologna: Materiales de La Ciudad, 1973.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto. Márcia Cristina Vaz dos Santos Wind e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Decreto-lei 25/37 em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>> consultado em 31/07/2000.

DONIZETI DA SILVA, Eder. **O Direito Urbanístico Brasileiro e sua Aplicabilidade na Preservação de Centros Históricos**. Salvador: UFBA, 2005. p. 216 e 248 (Tese de Doutorado).

GERONDETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **Lembranças do Brasil**: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solares, 2004. p. 27.

História Geral da Arte. Arquitetura I. Madri: Edições Del Prado, 1996.

MILARÉ, Edis. **Direito do Meio Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 3.ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 75.

PANTALEÓN, Carlos. **Adaptacion de estructuras arquitectonicas obsoletas**: El concepto de restauração en la dialéctica del processo de deseño. Montevideo: Facultad de Arquitectura, 1993.

PERGOLA, Giuliano Della di. **La política - riformista - legata al – risanamento urbano**. In Edilizia Popolare. L'Intervento Pubblico Nei Centri Storici. Ano XX, n. 110, 1973. p. 29.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. **A reabilitação urbana em processo**. In: LIMA, Evelyn e MALEQUE, Miria. (org). *Cultura, Patrimônio e Habitação*: possibilidades e modelos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 64-82.

POWELL, Kenneth. **La transformación de la ciudad; 25 proyectos internacionales de arquitectura urbana a principios Del siglo XXI**. Barcelona: Leopold BLUME, 2000. p. 80.

Revista ARQTEXTO. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS. 2011, número 14, p. 223 a 235.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, agosto 1999. número 234, p. 80.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, fevereiro 2001. número 252, p. 62.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, fevereiro 2005. número 300, p. 77.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, julho 2003. número 281, p. 48 a 51.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, junho 2001. número 256, p. 42 a 49; 54 a 60; 66 a 71.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, março 2005. número 301, p. 52 a 57.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, novembro 1999. número 237, p. 56.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, novembro 2001. número 261, p. 66.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, novembro 2003. número 285, p. 76 e p. 82.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, outubro 1999. número 236, p. 74.

Revista Projeto. São Paulo: ARCO, outubro 2000. número 248, p. 60 e 66.

RUSKIN, John. **Le sette lampade dell architettura**. Milano: Jaca Books, 1982. Apresentação Odete Dourado. Salvador: UFBA, 1996. p. 3.

SANT'ANNA, Márcia. **A Cidade Atração**: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Salvador: UFBA, 2004. p. 279 e 289. (Tese de Doutorado).

SAULE JUNIOR, Nelson. **Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro. Ordenamento Constitucional da Política Urbana**. Aplicação e Eficácia do Plano Diretor. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

SERRA, Ordep. **O tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho Ilê Axé Iyá Nassô Oká**. In: IPHAN. *Políticas de Acautelamento do IPHAN para Templos de Culto Afro-Brasileiros*. Salvador, 2012. p. 37-53.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. **Restauro**. Apresentação Odete Dourado. Salvador: UFBA, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidades Brasileiras 9, 29, 216

Conflitos Linguísticos 9, 12, 228

Conservação e restauro 10, 50, 51, 52

D

Documentação fotográfica 10, 1, 2, 5, 6, 8, 12, 16, 17

E

Educação 9, 12, 13, 47, 56, 59, 102, 125, 146, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 202, 210, 224, 231, 233, 241, 242, 244, 245, 251, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 302, 303, 305, 307, 310, 311, 312, 313, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 332, 333, 335, 336, 339, 340, 342, 346, 347, 348, 349

Educação Patrimonial 224, 311, 313, 340

Educação Profissional 12, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 339

Ensino de Ciências 13, 304

Ensino de Geografia 12, 277, 278

Ensino de História 319, 349

Etnobotânica 102, 126

F

Feminino 9, 152, 153, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 173, 180

Formação Continuada 9, 12, 13, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 291, 292, 299, 300, 301, 302

G

Gênero Biográfico 12, 199, 201, 202, 203, 207, 208, 209

I

Identidade 11, 12, 3, 10, 11, 17, 19, 35, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 59, 66, 73, 155, 165, 167, 169, 170, 172, 174, 178, 188, 192, 197, 203, 211, 212, 224, 233, 236, 239, 240, 251, 262, 263, 264, 265, 273, 296, 326

Iniciação científica 333, 339, 342, 343, 347

L

Ludicidade 311, 314, 315, 316, 317

M

Mobiliário Urbano 10, 18, 19, 20, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Morfologia 127, 128, 131, 133, 134, 136, 137

P

Paisagem cultural 10, 18, 20, 24, 25, 29, 30, 32, 41, 50, 69, 71, 72, 73, 82, 211, 213

Paisagem industrial 10, 69, 71

Paisagem rural 10, 69

Paternidade 9, 11, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 194, 323

Patrimônio ambiental urbano 50, 57, 63, 64, 66

Patrimônio Histórico Cultural 212, 214, 225, 226

Patrimônio industrial 62, 66, 69, 260

Pertencimento 9, 2, 4, 35, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 149, 159, 211, 213, 224, 282, 300, 302

Políticas Públicas 140, 147, 150, 178, 211, 213, 225, 275, 284, 286

Práticas agroalimentares 9, 11, 140, 142, 149, 151

Práticas Pedagógicas 269, 278, 282

S

Sabedoria popular 102

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

ALINE FERREIRA ANTUNES
(ORGANIZADORA)


Atena
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 